

## FINANCIAMENTO DE PERIÓDICOS NACIONAIS: O ESTADO DA ARTE

**Resumo:** Este artigo representa o estado da arte a respeito do tema financiamento de periódicos nacionais. A revisão de literatura foi realizada com base em artigos científicos publicados em revistas das áreas de Informação e no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) no período de 1972 a 2011, aproximadamente, 40 anos. O objetivo principal deste artigo foi apresentar um panorama da produção científica nacional relacionada com o tema financiamento de periódicos nacionais. Os artigos foram analisados na íntegra, com o objetivo de compreender as principais contribuições para o desenvolvimento da compreensão a respeito do tema. A partir da análise dos 28 artigos selecionados conclui-se que as revistas Ciência da Informação e DataGramaZero representam mais da metade (11) dos artigos publicados em periódicos, mas no geral, individualmente, é o ENANCIB que concentra o maior número (9) de artigos que exploram a temática financiamento de periódicos nacionais. Ressalta-se, ainda, a contribuição de Mueller para o desenvolvimento do tema, com sete artigos que representam 25% do universo analisado. Outro aspecto relevante é que as agências de fomento governamental têm papel fundamental no financiamento direto aos periódicos nacionais, mas o financiamento indireto por meio de pesquisadores, grupos de pesquisa e centros de pesquisa não foi abordado nos estudos analisados. Desta forma torna-se necessário estudos científicos sobre o financiamento indireto governamental e não governamental aos periódicos nacionais.

**Palavras-chave:** Financiamento, Periódicos Científicos, Comunicação Científica.

**Abimael de Jesus Barros Costa**  
Doutorando do Programa de Pós-graduação em Transportes do Departamento de Engenharia Civil da UnB/FT. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília UnB (2011). Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário UNIEURO (2007). [acosta@unb.br](mailto:acosta@unb.br)

## FORMATIVE OFFER IN INFORMATION SCIENCES: APPLIED COMPARATIVE STUDY TO COUNTRIES LUSOPHONE

### ABSTRACT

This paper presents the state of the art on the subject of financing national journals. The literature review was based on scientific articles published in journals of information and National Meeting of Research in Information Science (ENANCIB) areas between 1972 and 2011, about 40 years. The main objective of this paper was to present an overview of the national scientific production related to the topic of financing national journals. The articles were analyzed in full, in order to understand the main contributions to the development of understanding on the subject. From the analysis of the 28 selected articles is concluded that the journals Ciência da Informação e DataGramaZero represent more than half (11) of articles published in journals, but overall, individually, is the ENANCIB that has the largest number (9) articles that explore the theme of financing national journals. It should be noted, though, Mueller's contribution to the theme of development, with seven articles representing 25% of the universe analyzed. Another relevant aspect is that the government development agencies play a key role in direct funding to national journals, but the indirect financing by researchers, research groups and research centers was not addressed in the studies analyzed. Thus it becomes necessary scientific studies on the indirect government funding and non-governmental national journals.

**KEYWORDS:** Funding, Scientific Journals, Scientific Communication

Ponto de Acesso, Salvador, v.9, n.1.p. 2-20, abr. 2015  
[www.pontodeacesso.ici.ufba.br](http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br)

# 1 INTRODUÇÃO

## 1 CONTEXTO

O objetivo da Ciência da Informação, segundo Barreto (1982, p.73), é “promover um consenso de opinião racional que abranja o mais amplo campo possível, observando como os cientistas se organizam e como transmitem informações entre si”. O desenvolvimento da comunidade científica do Brasil passou pela influência das grandes guerras mundiais, por disputas políticas internas e pela formação econômica brasileira. Schwartzman (2001) descreve fatores determinantes da formação da comunidade científica no Brasil: (i) a herança do século dezoito; (ii) a ciência durante o império; (iii) o auge e o declínio da ciência durante a industrialização; (iv) as primeiras universidades no Brasil; e (v) a profissionalização e modernização do pós-guerra.

O papel de Portugal na cultura do Brasil foi fundamental para o amadurecimento científico brasileiro. Um fato histórico relevante desse processo foi à Pedagogia dos Jesuítas. Esse modelo educacional faz parte da cultura educacional brasileira, mesmo com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. As primeiras aulas de nível superior surgem logo depois da instalação da família real portuguesa. Seus primeiros cursos foram filosofia, ciências naturais, matemática, engenharia e medicina (SCHWARTZMAN, 2001, p.10-17). Novas universidades surgem nos países do ocidente no fim do século dezoito e a herança universitária brasileira tem sua origem nesses centros educacionais da Inglaterra, França e Alemanha.

O início da industrialização brasileira, a partir de 1930, demandou novas profissões para garantir o sucesso do projeto de modernização do Brasil. Nesse contexto, Escolas de nível superior são criadas, por exemplo, Escola Paulista de Medicina, Escola Livre de Sociologia, Escola de Filosofia, Ciências e Letras, Escola de Direito e outras. A década de 1930 também foi marcada pela instalação de universidades no Brasil como a Universidade do Distrito Federal e a Universidade de São Paulo (SCHWARTZMAN, 2001, p.4-20).

O Brasil formou em diversas áreas do conhecimento seus primeiros cientistas: Geólogos; Físicos; Químicos; Biólogos; e outros. Os cientistas brasileiros da década de 1930 buscaram fontes de apoio financeiro para suas pesquisas em órgãos oficiais. As instituições científicas eram custeadas pelo governo federal e estadual. O apoio financeiro a pesquisas não se concentrou somente no governo, empresários também financiaram jovens cientistas no

Brasil, como exemplo, Assis Chateaubriand, dono de jornais e radioemissoras no Brasil (SCHWARTZMAN, 2001, p.2-19).

Os cientistas brasileiros, formados em centros educacionais internacionais, construíram comunidades científicas com valores. Os valores das novas comunidades científicas que se formaram no Brasil podem ser explicados, segundo Vilan Filho (2010, p.21-24), pela visão de Merton proposta em 1942, que relaciona a necessidade de compartilhamento, universalidade, originalidade e racionalidade do conhecimento científico e pela visão de Bourdieu proposta em 1983, o prestígio, o reconhecimento, a celebridade e outros. As visões deles são antagônicas porque um defende na essência valores voltados a teoria funcionalista e o outro sustenta que os valores das comunidades científicas na realidade estão relacionados com a teoria relacional.

Costa (2006, pp.40-44) ao abordar a filosofia aberta, que refere-se “ao movimento em direção ao uso de ferramentas, estratégias, metodologias e políticas que denotem um novo modelo de representar o processo de comunicação científica” e mudanças na comunicação científica e suas principais iniciativas, lista os principais atores das comunidades científicas: “pesquisadores, universidades, editores, sociedades científicas, agências de fomento e bibliotecários”. Com a formação de comunidades científicas no Brasil foi necessário aperfeiçoar a comunicação entre os membros ou entre as diversas comunidades. O conhecimento acumulado dessas comunidades foi disseminado por meio de pesquisas ou reflexões, ou seja, artigos científicos. No início, a comunicação científica era realizada por meio de cartas, atas de reuniões, jornais até a fase moderna, o periódico científico, também conhecido como revista científica (MEADOWS, 1999, p. 3-5).

Mueller (2009, p.1) afirma que “[...] o conjunto de revistas científicas produzidas em um país pode ser considerado como indicador de estágio de desenvolvimento da ciência nesse país [...]”. Nos periódicos científicos encontram-se artigos revisados pelos pares de certa comunidade científica. Essa revisão qualifica a pesquisa dando a ela *status* de produção científica. As principais funções das revistas científicas são reunir a produção intelectual de pesquisadores, registrarem os avanços do conhecimento e servir para a avaliação da produção científica (GONÇALVES, RAMOS e CASTRO, 2006, p. 171-173). Mueller (2009) investigou revistas brasileiras indexadas na base *Scielo*, no ano de 2008, para analisar se existe relação entre entidades editoras e formas de financiamento com as áreas de conhecimento. Os achados da pesquisa revelam que existe influência nas áreas de

conhecimento, principalmente, pela presença significativa de agências oficiais na forma de fomento dos periódicos científicos nacionais.

Muitos estudos, como exemplo, Mueller (2009, 2008, 2003a e 2003b), Coutinho e Savelli (1993), Valentim (1997), Pinheiro (2000), Reis (2002), Valentini (2002), Costa (2006), Carvalho (2006) e Cuenca et al. (2011), exploram o tema financiamentos da produção científica, mas estas pesquisas não exploram o financiamento de periódicos nacionais a partir da relação entre variáveis de fontes diretas e indiretas. As fontes diretas estão relacionadas com fomento interno e externo aos periódicos. As fontes indiretas estão relacionadas com fatores independentes aos periódicos. Para Carvalho (2006) as áreas da Ciência da Informação necessitam do apoio indispensável dos organismos de fomento e da pesquisa consolidada para se chegar a excelência da pesquisa no País. O periódico científico necessita de infraestrutura para manter a produção regular dos fascículos e de contínua disponibilidade de recursos (PINHEIRO, 2000 e CUENCA et al., 2011).

Portanto, para compreender a importância do fomento às revistas científicas nacionais torna-se necessário refletir de forma crítica ao seguinte questionamento: o que as áreas de informação publicaram entre 1972 e 2011 sobre financiamento de periódicos brasileiros? O objetivo principal deste artigo foi apresentar um panorama da produção científica nacional relacionada com o tema financiamento de periódicos. O objetivo específico da investigação foi conhecer como as variáveis de financiamento direto e indireto aos periódicos nacionais são abordadas nos artigos das áreas de ciência da informação analisados. Para Vilan Filho (2010, p. 45-46) as áreas de informação são Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Museologia.

A investigação está estruturada em quatro seções. A primeira trata da presente seção, na segunda seção encontram-se os procedimentos metodológicos. A terceira seção tratará das fontes de financiamento dos periódicos nacionais. As considerações finais são abordadas na quarta seção desta pesquisa.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo é uma revisão de literatura do tema financiamentos de periódicos brasileiros. A metodologia da presente pesquisa foi baseada na base de dados ABCDM utilizada nos estudos de Vilan Filho (2008, 2010a e 2010b) que investigou periódicos

brasileiros das áreas de informação. Essas pesquisas exploraram a evolução da produção científica, da autoria múltipla e o perfil das autorias múltiplas.

A revisão da literatura foi realizada com base em artigos científicos publicados em revistas das áreas de informação e no ENANCIB no período de 1972 a 2011, aproximadamente 40 anos. Para análise dos artigos científicos foi utilizada a base de dados ABCDM, segundo Vilan Filho (2010b, p.4) a base de dados “contém elementos extraídos dos artigos publicados pelos periódicos nacionais”, mas contém, ainda, artigos publicados por alguns eventos científicos das áreas de informação. A base de dados ABCDM foi utilizada como fonte de referência dos artigos. A base de dados referida foi desenvolvida na Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB).

O universo de estudo é formado por 8.097 artigos publicados. Os periódicos e evento objetos do estudo são: (1) Acervo: Revista do Arquivo Nacional; (2) Arquivista.net; (3) Arquivo & Administração; (4) Biblios; (5) Cadernos de Biblioteconomia; (6) Ciência da Informação; (7) Ciências em Museus; (8) DatagramaZero; (9) Em Questão; (10) Revista da Fac. De Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS; (11) Encontros Bibli; (12) Estudos Históricos; (13) Informação & Informação; (14) Informação & Sociedade: estudos; (15) Informare: Cadernos do PPGCI-UFRJ/IBICT; (16) Perspectivas em Ciências da Informação; (17) Ponto de Acesso: Revista do Inst. de Ciência da Informação da UFBA; (18) Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina; (19) Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; (20) Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG; (21) Revista de Biblioteconomia & Comunicação; (22) Revista de Biblioteconomia de Brasília; (23) Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação; (24) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; (25) Revista Eletrônica Jovem Museologia; (26) Revista Museu; (27) Transinformação; (28) Anais do Arquivo Público do Pará; (29) Anais do Museu da História Nacional; (30) Arquivo e História; (31) Caderno Museológicos; (31) Revista Brasileira de Museus (MUSAS); (32) Revista de Museologia; e (33) Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

Os termos que foram utilizados para pesquisa na Base de Dados ABCDM por título, palavras-chave e resumo são: (i) Fomento; (ii) Financiamento; (iii) Custos de Publicação; (iv) Verba de Assinaturas; (v) Compra de fascículos; (vi) Venda de fascículos; (vii) Taxas; (viii) Assinaturas; (ix) Vendedores e Compradores; (x) Licenciamento; (xi) Distribuição e (xii) Patrocínio. Estes termos foram retirados dos estudos de Mueller (2009, 2008, 2003a e 2003b).

Após a pesquisa dos termos na Base de Dados ABCDM foi formado um novo universo para o estudo contendo 28 artigos. Eles foram lidos na íntegra, com o objetivo de analisar o problema levantado, os objetivos, a revisão teórica, a metodologia empregada e as principais contribuições para o desenvolvimento da compreensão a respeito do tema.

A seguir serão apresentados os resultados das análises dos artigos científicos, de forma descritiva e crítica.

### 3 FONTES DE FINANCIAMENTO DOS PERIÓDICOS NACIONAIS

Na revisão de literatura constam 28 artigos relacionados com o tema financiamento de periódicos nacionais. Do total de artigos 19, mais da metade, encontram-se publicados em periódicos e 9, cerca de um terço, foram publicados no ENANCIB, conforme detalhes descritos no Apêndice A.

**Tabela 1 Artigos científicos publicados em Periódicos e Evento ENANCIB sobre o tema Financiamento de Periódicos Nacionais entre 1972 e 2011.**

Modalidade		Autores e Co-Autores	Q	%
Artigos em Periódicos	Ciência da Informação	Oliveira et al. (1990); Coutinho (1991); Coutinho e Savelli (1993); Bonfá e Castro (2004); Kuramoto (2006) e Costa (2006)	6	0,21
	Rev. Bibli. Brasília	Barreto (1982)	1	0,03
	Transinformação	Reis (2002); Ferreira e Caregnato (2008)	2	0,07
	In CID	Cuenca et al. (2011)	1	0,03
	Rev. Esc. Biblio UFMG	Chiara e Prazeres (1992)	1	0,03
	DataGramZero	Pinheiro (2000); Carvalho (2006); Mueller (1999); Mueller (2005); Mueller e Santana (2003)	5	0,17
	Encontros Bibli	Ohira et al. (2000); Mueller (2008)	2	0,07
	Informação e Sociedade	Valentim (2002)	1	0,03
Evento Científico	ENANCIB	Valentim (1997); Mueller (2000); Mueller (2003); Marcondes et al. (2003); Vieira e Moura (2010); Silva e Sousa (2007); Mueller (2009); Chalhub e Oliveira (2010); Perucchi e Garcia (2010)	9	0,32
Total			28	1

Fonte: elaborado pelo autor

Conforme dados organizados na Tabela 1, as áreas de informação, por intermédio dos seus periódicos e o evento científico ENANCIB e por meio de diversos pesquisadores, contribuíram para a definição das principais fontes de financiamento dos periódicos nacionais. No universo estudado, as revistas Ciência da Informação e DataGramZero representam mais da metade 58% (11) dos artigos publicados e as outras revistas 42% (8) dos artigos publicados em periódicos nacionais sobre o tema estudado.

No geral, individualmente, é o ENANCIB que concentra o maior número de artigos (9, 32%) e os oito periódicos concentram a menor quantidade, individualmente, Ciência da Informação (6, 21%), Revista de Biblioteconomia de Brasília (1, 3%), Revista Transinformação (2, 7%), Revista InCID (1, 3%), Revista Escola de Biblioteconomia da UFMG (1, 3%), Revista DataGramZero (5, 17%), Revista Encontro Bibli (2, 7%) e Revista Informação e Sociedade (1, 3%), que exploram a temática financiamento de periódicos nacionais.

As contribuições de alguns pesquisadores citados no Tabela 1 serão exploradas nos dois tópicos seguintes.

### **3.1 Variáveis relacionadas com Financiamento Direto aos Periódicos Nacionais**

O que se pretende com este tópico é fazer uma relação entre as pesquisas realizadas e as variáveis utilizadas pelos pesquisadores que estão relacionadas com fomento direto aos periódicos. Mueller (1999) ao realizar levantamento sobre a incidência de citações em periódicos brasileiros constatou que periódicos que não estão no círculo de prestígio dos índices de citações localizam-se em países de instabilidade política e financeira, com falhas na comunicação científica, como, publicação amadora e distribuição deficiente, com irregularidades na periodicidade, com descontinuidade dos periódicos e que não têm a língua inglesa como referência nacional. Mueller (1999, p.) afirma que “os periódicos e artigos neles publicados são usados como indicadores do desenvolvimento científico de um país ou região ou do estágio de desenvolvimento de uma área do saber.”. Esses fatos justificam a necessidade que um governo tem de investir recursos financeiros em pesquisa e desenvolvimento.

Chiara e Prazeres (1992) ao pesquisarem os periódicos da área de Ciências Sociais de certa biblioteca universitária apresentaram informações sobre o uso dos periódicos impressos, a partir da análise de custo e uso, visto que o aumento dos custos de aquisição e poucos recursos disponíveis para aquisição de fascículos exigiram a tomada de decisão por adquirir os periódicos mais consultados na biblioteca. O governo brasileiro investiu em pesquisadores e, também, fomentou periódicos, mas houve desigualdades nas ofertas de financiamento governamental para algumas áreas do conhecimento. Antes do movimento por acesso aberto começar, no fim da década de 90, os periódicos brasileiros tinham grande dependência do

financiamento público por causa dos altos custos de impressão e distribuição (MUELLER, 1999; KURAMOTO, 2006).

Mueller (2008, p. 24-26) discute a importância da avaliação da produção científica como instrumento para o fomento. Deixa claro que, historicamente, é o governo que financia a produção de conhecimento no Brasil. A autora apresenta as principais agências de fomento do Brasil, em nível federal, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e alguns ministérios que detêm programas de financiamento à pesquisa, como exemplo, o Ministério da Saúde. Em nível estadual, enfatiza a Fundação de Apoio à Pesquisa Estadual (FAPESP), São Paulo, que está no âmbito dos Fundos de Apoio à Pesquisa Estadual. A FINEP também foi objeto de estudo de Coutinho e Savelli (1993) que abordaram os diversos programas de financiamento da agência e o papel chave dela na integração regional do Mercosul. Para Carvalho (2006) a partir da década de 1950 é que o governo brasileiro desenvolveu a área de Ciência e Tecnologia do país, mas os anos de 1954 a 1964 e 1992 a 1995, segundo Carvalho (2006), representam anos de estagnação e falta de investimentos em ciência e tecnologia. Vale ressaltar a criação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em 1954, que tem o objetivo de estimular intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação e da Associação Nacional de Pesquisadores de Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), em 1989, que é um espaço de discussão da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. Em relação a concepção da pós-graduação em Ciência da Informação, Vieira e Moura (2010, p.614) afirmam que “no Brasil coincide com o período de modernização do País e tem como importante marco a fundação, em 1954, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) que em 1976 muda de nome para IBICT...”.

Mueller (2005; 2008) registra que as agências de fomento desenvolveram e aprimoram indicadores de avaliação qualitativos e quantitativos para orientar as demandas de fomento à pesquisa, mas as áreas de pesquisa, ciências normais ou experimentais, sociais e humanidades e áreas vinculadas à tecnologia e às ciências aplicadas, por serem distintas devem ser avaliadas por critérios diferentes. Mueller (2008, p. 28) afirma, ainda, que “os indicadores mais influentes para medir a literatura científica periódica são publicados pela *Institute for Scientific Information* (ISI)...”. O prestígio dos pesquisadores pode ser explicado por indicadores do ISI. Esses indicadores representam visibilidade, visto que mostram a



capacidade de exposição que uma fonte ou fluxo de informação possui, ou seja, o seu impacto, segundo Packer e Meneghini (2006, p. 247-248) o fator de impacto do ISI “é reconhecido por muitos como indicador classificatório da qualidade e prestígio dos periódicos”. Mueller (1999) registra em seu trabalho que “o financiamento é mais acessível aos periódicos que publicam bons artigos, indexados e citados, ou seja, que têm boa reputação...”.

Mueller (2009) investigou revistas brasileiras indexadas na base Scielo entre os anos de 2007 e 2008. Verificou que a capacidade de produção de um periódico está relacionada com a existência de produção científica publicável, com infraestrutura para a produção e com a disponibilidade de financiamento para sustentar os custos de publicação regular. A autora destacou algumas fontes ou tipos de financiamento, mas separou em internas e externas aos periódicos. Mueller (2009, p.8) conceitua financiamento interno como “[...] verbas originadas na própria entidade que publica o periódico [...], com exemplo, “[...] verbas advindas de assinaturas, vendas avulsas de fascículos e taxas cobradas dos autores, os chamados custos de publicação [...]”. Mueller (2009, p.11) conceitua financiamento externo como “[...] apoio financeiro concedido por entidades que não são as editoras do periódico [...]”, como exemplo, “[...] CNPq, Capes, Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – FAPs, Entidades Comerciais e Outras fontes [...]”. Mueller (2009, p.14) exemplifica o que considerou como outras fontes, “entidades não comerciais, como fundações de diversas naturezas, universidades, agências estatais, organismos internacionais e outros, mas sempre quando não figuram como instituição editora do periódico.”. As conclusões da investigação revelam que existe predominância de fomento aos periódicos quando de origem externa das agências de fomento (CNPq e Capes) e quando a origem é interna de assinaturas existentes ou dos custos de publicação exigidos dos autores. Valentim (2002) e Cuenca et al. (2011) analisaram o fomento de agências governamentais e não governamentais aos periódicos nacionais abordando outras fontes de financiamento externo e interno, conforme Quadro 1.

**Quadro 1 Fontes de financiamento direto aos periódicos nacionais**

Fontes Externas	Fontes Internas
CAPES; CNPq; Fundação Araucária; Ministério da Saúde; FAMESP; Centro de Estudos-CEPESC; Secretária de Vigilância em Saúde (SP); ABEP; ANVISA; FAPERJ	Assinatura; Venda números avulsos;
Organização Mundial da Saúde; Fundo-FESIMA; Fundo-UNFPA	Material ilustrativo excedente; Ilustrações Coloridas
	Despesas Postais; Número excedente de tabelas
	Número excedente de páginas

FAPs; FINEP; BNDES; BASA; Banco do Brasil; FUNASA; ANS; Instituto de Pesquisas da Amazônia- INPA	Venda de Licenciamento do acesso
Organismos Internacionais (UNESCO; WHO;IDRC;CDC;FCET; WT-UK)	Custo de Publicação
Pastoral da Criança; Fundo-Funcap; Fundo-Funorte; Banco do Nordeste do Brasil; Fundações-Privadas;	Taxa de Tramitação (avaliação)
Laboratórios Privados	Custos de Tradução (geralmente língua inglesa)

Fonte: elaborado pelo autor baseado em Pinheiro (2000), Valentim (2002), Silva e Sousa (2007), Mueller (2009) e Cuenca et al. (2011)

A partir da análise das contribuições dos autores citados, para fins deste estudo, financiamento direto é o apoio financeiro governamental, não governamental e produzido internamente pelo próprio periódico para garantir a continuidade da produção dos fascículos. Esse apoio financeiro pode ser externo por intermédio do governo, de organismos internacionais e de empresas privadas e interno relacionado à cobrança de taxas de publicação e venda de fascículos impressos.

O CNPq oferece auxílio para a editoração de revistas científicas (CNPq, 2015). O intuito do auxílio é apoiar e incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros, altamente especializados, em todas as áreas do conhecimento. Segundo o CNPq, é considerado prioritário o apoio aos periódicos divulgados por meio eletrônico ou de forma impressa/eletrônica simultaneamente. As regras para estipuladas pelo CNPq resguardam que as publicações devem ser mantidas e editadas por instituição ou sociedade científica brasileira, sem fins lucrativos, de âmbito nacional e que contribuam para elevar o nível de qualidade, forma e conteúdo dos periódicos, para a divulgação no Brasil e no exterior.

O período de aplicação dos recursos quando disponibilizados pelo CNPq é de 12 meses, a contar da data da assinatura do Termo de Aceitação. Os recursos podem ser aplicados em material de consumo, despesas com correios, pagamento de pessoal especializado em editoração e tradução, serviços gráficos de arte-final e de impressão, serviços para a preparação, geração e manutenção da página que hospeda a publicação eletrônica. Mesmo sem realizar um levantamento empírico está claro que grande parte dos períodos brasileiros não são beneficiados pelo CNPq. Os motivos são a não adequação aos critérios do edital e a falta de disponibilidade orçamentária.

Então, as variáveis relacionadas ao financiamento direto são volume de recursos disponibilizados pelas agências de fomento, pelos organismos internacionais e pelas empresas privadas, número de licenças concedidas por periódico, custo de tradução por periódicos,

despesas postais por periódico, taxas de ilustração por periódicos, custo médio de publicação por periódicos, número de assinaturas por periódicos, receita com número excedente de páginas e receita com número excedente de tabelas. Além das variáveis que estão relacionadas diretamente com os periódicos existem variáveis relacionadas de forma indireta.

### **3.2 Variáveis relacionadas com financiamento indireto aos periódicos nacionais**

As pesquisas analisadas nesta investigação não mencionam ao termo financiamento indireta, mas o intuito deste tópico é discutir que os periódicos são financiados de forma indireta. Então, entenda-se financiamento indireto o financiamento aos pesquisadores, grupos de pesquisas e centros de pesquisa. Os pesquisadores motivados pela carreira profissional, pelo desenvolvimento da área científica e pelo financiamento governamental ou não governamental realizam pesquisas científicas. Essas pesquisas, como já abordado anteriormente, após avaliação pelos pares são divulgadas em periódicos científicos. Esses artigos contribuirão para o prestígio dos periódicos. Portanto, o relacionamento entre os pesquisadores e os periódicos científicos, que por analogia pode ser explicado na Teoria Relacional de Bourdieu, ajuda a compreender que reconhecimento dos periódicos está relacionado com os artigos públicos desses pesquisadores. Então, os periódicos são beneficiados sem a necessidade de ter gastos com os pesquisadores.

A premissa do financiamento indireto é relevante visto que quando os pesquisadores têm condições ideais para realizar as pesquisas quer sejam laboratórios, equipamentos, softwares, insumos e bolsas, pode aumentar a robustez dos estudos. A consequência desse financiamento é contribuir de forma indireta para os periódicos, porque, quanto maior a robustez dos estudos aumenta a possibilidade de citações e o prestígio e reconhecimento dos periódicos.

Mueller (1999), ao criticar a política de financiamento para bibliotecas universitárias no que tange a compra de fascículos de periódicos brasileiros, apresentou para o momento a lógica paradoxal do financiamento governamental aos periódicos impressos. O governo já financiava os pesquisadores por meio de agências de fomento, CAPES e CNPq, ofertando bolsas de pesquisa, depois disponibilizava mais recursos para continuidade das pesquisas e financiava a produção de periódicos por intermédio da FINEP, mas não fomentava a aquisição de fascículos dos periódicos às bibliotecas universitárias que apresentavam “furos em suas coleções”. Essa pesquisa retrata o financiamento direto aos periódicos e às

bibliotecas, mas quando faz menção ao financeiro aos pesquisadores não vincula essa contribuição ao prestígio das revistas científicas.

Pinheiro (2000) e Mueller e Santana (2003a) investigaram a política de fomento do CNPq à formação de recursos humanos e fomento à pesquisa. A CAPES, prioritariamente, concentra grande parte do financiamento aos cursos de Pós-graduação, concedendo bolsas e auxílios à pesquisa e financiando aquisição de equipamentos para bibliotecas e laboratórios, segundo Mueller (2005), no Brasil, “os cursos de pós-graduação têm sido responsáveis por parte significativa da pesquisa publicada...”, ou seja, artigos produzidos em colaboração com alunos e professores, submetidos à revisão pelos pares e publicados definitivamente nos periódicos nacionais. Ao CNPq compete o apoio às atividades de pesquisa concedendo bolsas, e auxílios em diversas modalidades aos pesquisadores, que fazem parte dos programas de pós-graduação ou farão no futuro, conforme Quadro 2. Os dados estatísticos da CAPES apontam que nos últimos dez anos o investimento em bolsas e fomento superou o montante de 8 milhões de reais e que a variação do financiamento de 2002, perto de 443 mil reais, para 2011, quase 1,7 milhões, representa aumento de 284%, aproximadamente (CAPES, 2012).

**Quadro 2 Bolsas de fomento à pesquisa e formação de recursos humanos - CNPq**

Individuais no País	Individuais no Exterior	Por Quotas	Tecnológica	Empresas
Produtividade em Pesquisa	Estágio Sênior	À Instituição	Estágio no País	Iniciação Industrial
Pesquisador Visitante	Pós-Doutorado	Ao Orientador	Estágio no Exterior	Treinamento no País
Pesquisador Visitante Especial	Doutorado	Ao Pesquisador	Especialista	Desenvolvimento Industrial
Desenvolvimento Científico Regional	Doutorado Sanduíche		Visitante	Treinamento no Exterior
Recém-Doutor	Aperfeiçoamento			Especialista Visitante
Pós-Doutorado	Especialização			Iniciação Tecnológica em TIC's – ITC
Iniciação Científica Júnior – ICJ	Graduação Sanduíche			Doutorado Sanduíche – SWI
Iniciação Científica – IC				Pós-Doutorado Empresarial - PDI
Mestrado – GM				Iniciação ao Extensionismo - IEX
Doutorado Pleno – GD				
Doutorado Sanduíche no país – SWP				
Produtividade em Pesquisa – PQ				
Atração de Jovens Talentos - BJT				

Fonte: elaborado pelo autor baseado em Pinheiro (2000), Mueller e Santana (2003a), Reis (2002) e CNPq (2015), com adaptações.

Nota: Os auxílios são de curta duração (pesquisador visitante, promoção e participação em eventos científicos) e projetos individuais de pesquisa (projeto de pesquisa, editoração e projeto integrado de pesquisa).

As revistas impressas conviveram com problemas de altos custos de publicação, distribuição e falta de financiamento. Bomfá e Castro (2004), Costa (2006) e Ferreira e Caregnato (2008) discutem a comunicação científica em mídia digital e acesso aberto à informação científica. Para os autores, a internet foi responsável pela mudança no acesso à informação passando de um sistema de comunicação científica impressa tradicional para um

sistema de acesso *online*. Infere-se do exposto que os custos diretos e indiretos com a publicação e distribuição reduziram, mas não deixaram de ser um dos motivos para a descontinuidade de alguns periódicos nacionais.

O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER/*Open Journal Systems*) é a principal ferramenta de editoração de revistas científicas em mídia digital no Brasil. O uso do SEER/OJS de certa forma aumentou o número de artigos submetidos e contribuiu para a busca e recuperação de artigos de forma mais eficiente, ou seja, aumentando a rapidez na disseminação e distribuição da informação entre cientistas (FERREIRA e CAREGNATO, 2008, p. 172-173). Apesar do acesso aberto possibilitar o aumento do número de leitores, as revistas científicas ainda têm gastos com editoração, manutenção da periodicidade de publicação, conectividade, apoio técnico e arquivamento de longo prazo (CUENCA, 2011; FERREIRA e CAREGNATO, 2008), mesmo sendo uma vantagem do periódico eletrônico a redução dos custos com impressão e postagem.

O acesso aberto à informação científica e as agências de fomento foram objeto de estudo de Costa (2006, p.47-48). A autora discute a reação dos pesquisadores a esse modelo sendo que “autores são financiados por suas instituições ou por agências de fomento, na maioria dos casos isso acontece em todo mundo, para realizarem suas pesquisas”. A autora finaliza indicando a necessidade de estudos que “forneçam dados para a tomada de decisão dos diferentes atores do processo de comunicação científica sobre acesso aberto”. O movimento do acesso aberto foi fortalecido por conta dos altos preços de assinaturas dos periódicos internacionais, segundo Kuramoto (2006, p. 93) esse modelo de repositório “foi criado experimentalmente ante as dificuldades encontradas [...] com relação ao acesso à informação científica, uma vez que os custos de assinaturas dos periódicos científicos cresceram de forma exorbitante...”. Esse movimento, com marco inicial no final da década de 90, baseou-se na premissa que todos os resultados de pesquisas financiadas com recursos de agências de fomento governamental devem ser de livre acesso (KURAMOTO, 2006, p. 96).

Oliveira et al. (1990) ao estudar os Centros de Pesquisa Agropecuária da Embrapa constataram que existem variáveis condicionantes do processo de produção científica desses centros. A metodologia foi análise do número de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais e nas unidades de divulgação da Embrapa. As variáveis condicionantes são a faixa etária, a qualificação acadêmica, o tempo de titularidade, o tempo efetivo na pesquisa, o

grau do domínio do idioma inglês, o número de assinaturas de periódicos e a participação em associações científicas no Brasil. Porém, não ficou claro na pesquisa porque não considerar no estudo a infraestrutura do centro de pesquisa e algum tipo de financiamento ao pesquisador.

Após a análise das definições e concepções de fomento aos periódicos brasileiro que constam nas publicações revisadas neste artigo, para fins deste estudo, financiamento indireto aos periódicos nacionais é o apoio financeiro governamental e não governamental concedido aos pesquisadores, grupos de pesquisa e centro de pesquisa com a finalidade de fomento à pesquisa. As variáveis que podem estar relacionadas são número de bolsas por agência de fomento, número de bolsas individuais no país, número de bolsas individuais no exterior, número de bolsas por instituição, número de bolsas por orientador, número de bolsas por pesquisador, número de bolsas para pesquisa tecnológica no país, número de bolsas para pesquisa tecnológica no exterior, volume de financiamento não governamental, volume de financiamento não governamental por área do conhecimento e número de pesquisadores contemplados com financiamento não governamental.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As áreas de informação entre os anos de 1972 e 2011, aproximadamente 40 anos, produziram mais de oito mil artigos nos periódicos e nos anais do ANANCIB catalogados na base de dados ABCDM, porém a quantidade de artigos que abordam o tema financiamento de periódicos brasileiros é muito pequeno, somente vinte e oito artigos. Dos artigos analisados a pesquisadora Mueller detém sete artigos (25%) do total e é a mais produtiva para o tema investigado. A maioria dos artigos destaca a importância das agências de fomento governamentais para o desenvolvimento da comunidade científica brasileira. Contudo, não consideram o financiamento indireto, aquele recebido por pesquisadores, grupos de pesquisa ou centros de pesquisa como uma vertente de financiamento indireto aos periódicos nacionais.

A partir do exposto, tornam-se necessárias pesquisas que abordem as características do financiamento indireto aos periódicos nacionais. É salutar recomendar que pesquisas futuras possam refutar ou corroborar a premissa do financiamento indireto aos periódicos nacionais a partir da ótica defendida neste estudo.

As demandas por financiamento aos periódicos brasileiros na década de 2010 são bem diferentes das décadas passadas. O principal aspecto que contribuiu para reforçar essa

afirmação é o movimento por acesso aberto detalhado na pesquisa de Costa (2006). A maioria dos periódicos das áreas de informação está disponível na internet. Este fato justifica a redução de custos com impressão e divulgação, visto que os artigos estão *online*, o acesso é gratuito e estão disponíveis para *download*. Ficou evidente a necessidade de pesquisas que façam o mapeamento atual dos custos diretos e indiretos relacionados com a manutenção dos periódicos nacionais por área do conhecimento e em cada região do Brasil.

Historicamente, a produção científica é concentrada em somente uma região do Brasil, a região sudeste. Alguns artigos destacam a concentração de financiamento governamental e não governamental nesta região como Mueller (2009) e Cuenca et al. (2011). Tal fato revela a relevância de pesquisas que explorem as características determinantes desta concentração de financiamento público e privado na região sudeste, bem como pesquisas que apontem as causas do baixo financiamento de pesquisas científicas nas outras regiões do Brasil.

O financiamento dos periódicos nacionais de forma indireta com foi abordado nesta investigação necessita de estudos mais detalhados. É necessário identificar como o financiamento de bolsas colabora para alimentar a produção dos periódicos nacionais. Quais são os outros canais de financiamento indireto aos periódicos nacionais? De que forma o setor não governamental financia direta ou indireta os periódicos nacionais?

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A estrutura da Comunicação Científica: a Comunidade de Química**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v.10, n. 1, jan./jun., 1982.
- BOMFÁ, Claudia Regina Ziliotto Bomfá; CASTRO, João Ernesto E. **Desenvolvimento de revistas científicas em mídia digital: o caso da Revista Produção Online**. Ciência da Informação, v.33, n. 2, p. 39-48, maio/ago, 2004.
- CARVALHO, Katia. **Disseminação da informação no âmbito da pesquisa e o papel dos organismos de fomento**. DataGramaZero, v.7, n.2, abr., 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Modalidades de Bolsas e Auxílios**. Disponível em <<http://www.cnpq.br/web/guest/bolsas-e-auxilios>>. Acessado em 06 abr, 2015.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **GEOCAPES: investimento da CAPES em bolsas e fomento por estado**. Disponível em <

<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#app=c501&da7a-selectedIndex=0&5317-selectedIndex=0&dbcb-selectedIndex=1>>. Acessado em 07 jul, 2012.

COSTA, Sely Maria de Souza. **Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica.** *Ciência da Informação*, v.35, n.2, maio/ago., 2006, p. 39-50.

COUTINHO, Heitor; SAVELLI, Maria Angélica Chaves. **A Finep e a integração regional no Mercosul.** *Ciência da Informação*, v.22, n.1, jan./abr., 1993, p. 65-67.

CUENCA, Angela Maria Belloni; NORONHA, Daisy Pires; Helene Mariko; UENO; KOBAYASHI, Keilla M. **Periódicos brasileiros de saúde pública: a questão do financiamento.** *InCID*, v.2, n.2, jul./dez., 2011, p. 101-110.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes; CAREGNATO, Sônia Elisa. **A editoração eletrônica de revistas científicas brasileiras: o uso de SEER/OJS.** *TransInformação*, 171-180, maio/ago., 2008.

GONÇALVES, Andréia; RAMOS, Lúcia Maria S. V. Costa; CASTRO, Regina C. Figueiredo. **Revistas Científicas: Características, Funções e Critérios de Qualidade.** IN: *Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação.* São Paulo: Angellara, 2006.

KURAMOTO, Hélio. **Informação Científica: proposta de um novo modelo para o Brasil.** *Revista Ciência da Informação*, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006

MEADWS, Arthur Jack. **A comunicação Científica.** Briquet Livros: Brasília, 1999

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **A publicação da ciência: áreas científicas e seus.** *DataGramaZero*, v.6, n.1, fev., 2005.

MÜELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Métricas para a ciência e tecnologia e o financiamento da pesquisa: algumas reflexões.** *Encontros Bibli*, n.n. especial, 1º sem., p. 24-35, 2008.

MÜELLER, Suzana Pinheiro Machado. **O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais.** *Revista DataGramaZero*, dez, 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Política de fomento para a consolidação da capacidade de pesquisa no Brasil: estudo para avaliação do Programa Pós-Doutoral no Exterior mantido pela CAPES.** V ENANCIB, Belo Horizonte (BH), 10 a 14 de novembro de 2003b.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Quem financia nossos periódicos? Um estudo na Base Scielo sobre a relação entre áreas de conhecimento, editoras e financiamento.** In: ENANCIB, X, 2009, João Pessoa, Paraíba. X ENANCIB, Anais. João Pessoa: Idéia, 2009.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; SANTANA, Maria Gorette. **A Ciência da Informação no CNPq: fomento à formação de recursos humanos e à pesquisa entre 1994-2002.** *DataGramaZero*, v.4, n.1, fev., 2003a.



OLIVEIRA, José Almir Martins; BRESSAN, Matheus; BARROS, Edgard de Vasconcelos; MUNIZ, José Norberto. **Variáveis condicionantes do processo de produção científica dos Centros de Pesquisa Agropecuária da Embrapa.** Revista Ciência da Informação, p.30-39, jan/jun, 1990.

PACKER, Abel L.; MENEGHINI, Rogério. **Visibilidade da Produção Científica.**IN: Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Infra-estrutura da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil.** Revista DataGramaZero, v.1, n.6, dezembro, 2000.

REIS, Cristina Maria Menezes dos. **O financiamento da pesquisa e a área de Ciência da Informação.** Transinformação, v.14, n.1, jan./jun., 2002, p. 105-106.

REIS, Cristina Maria Menezes dos. **O financiamento da Pesquisa e a área de Ciência da Informação.** Transinformação, v.14, n.1, p. 105-106, 2002.

SCHWARTZMAN, Sinon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil.** Ministério de Ciência e Tecnologia, Brasília, 2001.

SILVA, Maria Astrogilda Ribeiro; SOUZA, Kleber Romano de. Publicação científica seriada da Amazônia: o boletim do museu paraense Emílio Goeldi – Trajetória e Impacto de 1984 a 2005. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação-ENANCIB**, 28 a 31 de outubro, Salvador, 2007.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Estrutura governamental federal de fomento à Ciência e Tecnologia: conteúdos informacionais e bases de dados.** Informação e Sociedade, v.12, n.2, 2002.

VALENTIN, Marta L. P. **Política nacional de financiamento para a produção de bases de dados em Ciência e Tecnologia: estabelecimento de uma metodologia para seleção, linguagem documentária e avaliação.** III ENANCIB, Rio de Janeiro (RJ), 10 a 12 de setembro de 1997.

VIEIRA, Letícia Alves; MOURA, Maria Aparecida. **Ciência da Informação brasileira e redes de colaboração acadêmica: diálogos, constituição e perspectivas.** Revista RBPG, Brasília, v. 7, n. 14, p.609-630, dez, 2010.

VILAN FILHO, Jayme Leiro. **Autoria Múltipla em artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil.** Brasília, Universidade de Brasília, 2010a. Tese de Doutorado em Ciência da Informação.

VILAN FILHO, Jayme Leiro. **Periódicos Científicos das Áreas de Informação no Brasil: O perfil das Autorias Múltiplas de Artigos Científicos.** IX Encontro Nacional de Pesquisa de Ciência da Informação. Rio de Janeiro, outubro, 2010b.

VILAN FILHO, Jayme Leiro; SOUZA, Held Barbosa de e MUELLER, Suzana. **Artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil: evolução da produção e da autoria múltipla.** *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2008, vol.13, n.2, pp. 2-17.

## APÊNDICE

Artigos científicos publicados em Periódicos e Evento ENANCIB sobre o tema Financiamento de Periódicos Nacionais entre 1972 e 2011

Título	Periódico ou Evento/Autor
A estrutura da comunicação científica: a comunidade de química.	Revista de Biblioteconomia de Brasília, v.10, n.1, jan./jun., 1982, p. 73-81. Aldo de Albuquerque Barreto .
A editoração eletrônica de revistas científicas brasileiras: o uso de SEER/OJS.	Transinformação, v.20, n.2, maio/ago., 2008, p. 171-180. Ana Gabriela Clipes Ferreira; Sônia Elisa Caregnato .
Periódicos brasileiros de saúde pública: a questão do financiamento.	InCID, v.2, n.2, jul./dez., 2011, p. 101-110. Angela Maria Belloni Cuenca; Daisy Pires Noronha; Helene Mariko Ueno; Keilla M. Kobayashi .
Estado da arte dos periódicos acadêmicos eletrônicos brasileiros.	V ENANCIB, Belo Horizonte (BH), 10 a 14 de novembro. Carlos Henrique Marcondes; Luis Fernando Sayão; Cláudio Márcio Ribeiro Maia; Marco Aurélio Ribeiro Dantas .
Desenvolvimento de revistas científicas em mídia digital: o caso da Revista Produção Online.	Ciência da Informação, v.33, n.2, maio/ago., 2004, p. 39-48. Cláudia Regina Ziliotto Bomfá; João Ernesto E. Castro .
O financiamento da pesquisa e a área de Ciência da Informação.	Transinformação, v.14, n.1, jan./jun., 2002, p. 105-106. Cristina Maria Menezes dos Reis .
Aplicação da Lei de Bradford à literatura técnica sobre ferrovia: análise de periódicos e avaliação da base de dados	Ciência da Informação, v.20, n.2, jul./dez., 1991, p. 169-180. Eliana Coutinho
A Finep e a integração regional no Mercosul.	Ciência da Informação, v.22, n.1, jan./abr., 1993, p. 65-67. Heitor Coutinho; Maria Angélica Chaves Savelli .
Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil.	Ciência da Informação, v.35, n.2, maio/ago., 2006, p. 91-102. Hélio Kuramoto .
Estudo dos Periódicos da Área de Ciências Sociais da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (BC/UDEL)	Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, v.21, n.2, jul./dez., 1992, p. 253-276. Ivone Guerreiro di Chiara; Yara Maria Pereira da Costa Prazeres .
Variáveis condicionantes do processo de produção científica dos centros de pesquisa da Embrapa.	Ciência da Informação, v.19, n.1, jan./jun., 1990, p. 30-39. José Almir Martins Oliveira; Matheus Bressan; Edgard de Vasconcelos Barros; José Norberto Muniz .
Disseminação da informação no âmbito da pesquisa e o papel dos organismos de fomento.	DataGramaZero, v.7, n.2, abr., 2006. Katia Carvalho
Infra-estrutura da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil.	DataGramaZero, v.1, n.6, dez., 2000. Lena Vania Ribeiro Pinheiro .
Ciência da informação brasileira e redes de colaboração acadêmicas: diálogos, constituição e perspectiva.	XI ENANCIB, Rio de Janeiro, RJ (CPRM e UNIRIO), 25 a 28 de outubro, 2010 Letícia Alves Vieira; Maria Aparecida Moura .
Publicação científica seriada da Amazônia: o boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - trajetória e impacto de 1984 a	VIII ENANCIB, Salvador (BA), 28 a 31 de outubro, 2007 Maria Astrogilda Ribeiro Silva; Kleber Romano de Sousa .
Periódicos brasileiros especializados em Biblioteconomia e Ciência da Informação: evolução.	Encontros Bibli, v.5, n.10, out., 2000, p. 26-40. Maria Lourdes Blatt Ohira; Márcia Luíza Lonzett Nunes Sombrio; Noêmia Schoffen Prado .
Política nacional de financiamento para a produção de bases de dados em Ciência e Tecnologia: estabelecimento de uma metodologia para s	III ENANCIB, Rio de Janeiro (RJ), 10 a 12 de setembro de 1997. Marta L. P. Valentin .
Estrutura governamental federal de fomento à Ciência e Tecnologia: conteúdos informacionais e bases de dados.	Informação e Sociedade, v.12, n.2, 2002. Marta Lígia Pomim Valentin .
Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso abert	Ciência da Informação, v.35, n.2, maio/ago., 2006, p. 39-50. Sely Maria de Souza Costa .
O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais.	DataGramaZero, v.0, n.0, dez., 1999. Suzana P. M. Mueller .
Para que servem os periódicos nacionais?: um estudo da caso com três periódicos da área de Economia.	IV ENANCIB, Brasília (DF), 6 a 10 de novembro, 2005 Suzana Pinheiro Machado Mueller .
Política de fomento para a consolidação da capacidade de pesquisa no Brasil: estudo para avaliação do Programa Pós-Doutoral no Exterior	V ENANCIB, Belo Horizonte (BH), 10 a 14 de novembro de 2003. Suzana Pinheiro Machado Mueller .
Quem financia nossos periódicos? Um estudo na base SCIELO sobre a relação entre áreas de conhecimento, editoras e fin	X ENANCIB, João Pessoa (PB), 25 a 28 de outubro de 2009. Suzana Pinheiro Machado Mueller .
A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais.	DataGramaZero, v.6, n.1, fev., 2005. Suzana Pinheiro Machado Mueller .
A Ciência da Informação no CNPq: fomento à formação de recursos	DataGramaZero, v.4, n.1, fev., 2003.

humanos e à pesquisa entre 1994-2002.	Suzana Pinheiro Machado Mueller; Maria Gorette Santana .
Métricas para a ciência e tecnologia e o financiamento da pesquisa: algumas reflexões.	Encontros Bibli, n.n. especial, 1º sem., 2008, p. 24-35. Suzana Pinheiro Machado Müller .
O panorama da produção científica de pesquisadores bolsistas do CNPq em serviço social.	XI ENANCIB, Rio de Janeiro, RJ (CPRM e UNIRIO), 25 a 28 de outubro, 2010 Tania Chalhub; Eloisa Príncipe Oliveira .
Pesquisa integrada nos grupos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.	XI ENANCIB, Rio de Janeiro, RJ (CPRM e UNIRIO), 25 a 28 de outubro, 2010 Valmira Perucchi; Joana Coeli Ribeiro Garcia .

Fonte: banco de dados de artigos ABCDM (2012)